



**Conselho das Comunidades  
Portuguesas**

**Audição na Assembleia da República com a Comissão para a Ética, a  
Cidadania e a Comunicação**

O Conselho das Comunidades Portuguesas congratula-se e felicita a Assembleia da República, particularmente esta Comissão Parlamentar, por promover um amplo debate sobre o futuro da RTP, como esta deve ter uma gestão efetiva e transparente e como deve ser prestado o serviço público de rádio e televisão.

Sabemos que é um assunto sensível para alguns, que andou a ser adiado por muito tempo e que foi preciso coragem política para alterar a situação.

**Criação do Conselho Geral Independente:**

O Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP), assim como a maior parte dos portugueses, defende a ideia de que o serviço público de comunicação social não deve estar ao serviço de um governo de turno nem de nenhum partido político em particular mas, sim, ao serviço da sociedade civil e dos interesses da Nação. Nesse sentido, apoiamos a proposta de criar um órgão independente do poder político, responsável pela governança da empresa concessionária, capaz de devolver a credibilidade e o prestígio que merece este serviço público, e que dê garantia aos portugueses de uma verdadeira imparcialidade e independência editorial e de transparência na gestão do dinheiro dos contribuintes.

**Proposta de modelo de financiamento:**

Quanto ao novo modelo de financiamento, através das receitas da publicidade e da contribuição para o audiovisual (CAV), somos da opinião de que o modelo proposto é mais transparente e obrigará a uma melhor

gestão dos dinheiros públicos. No entanto, temos algumas dúvidas se será um orçamento suficiente e apropriado para o que se pretende que seja um serviço público de qualidade. O facto de ser eliminado o benefício das indemnizações compensatórias vai obrigar a concessionária a redefinir novas estratégias de gestão, e uma redução do orçamento pode pôr em causa as condições previamente estabelecidas para poder alcançar os princípios orientadores do serviço público. A nós preocupa-nos, particularmente, o serviço público prestado através dos canais de rádio e televisão internacionais e que a possível falta de investimento possa relegar para um segundo plano os serviços prestados por estes canais.

### **Aposta nos serviços internacionais de rádio e televisão da RTP:**

Dizia há uns meses atrás, o Senhor Ministro Poiares Maduro sobre o serviço público de rádio e televisão prestado pelos canais internacionais: «É uma das áreas em que existirá investimento, no sentido de ter canais que sejam realmente construídos à luz daquilo que possam interessar audiências tanto portuguesas como estrangeiras, mas para isso os canais internacionais têm de ser construídos de raiz».

Tem razão o Senhor Ministro, os canais internacionais têm de ser construídos de raiz, mas para isso também têm que ter os objetivos bem definidos, que devem passar obrigatoriamente por uma grelha de programação de qualidade, moderna, audaz, que, por um lado, seja capaz de captar a atenção e o interesse dos jovens lusodescendentes, e, por outro, a promoção económica e cultural de Portugal sem perder de vista a sua missão principal que é a de ligar Portugal e as comunidades lusófonas espalhadas pelo mundo inteiro. Deve ser privilegiada a informação regional e nacional, assim como a produção de programas dos canais dos Açores e da Madeira.

Se é certo que no passado estes canais apresentavam-se sobretudo como promotores e difusores da língua e cultura portuguesas, hoje exige-se muito mais do que isso: eles devem servir também de “alavanca” na projeção do nosso país, através da promoção do turismo, na captação de investimento e na internacionalização da nossa economia. E para isto é necessário dotar os canais internacionais de verbas que estejam de acordo

com estes objetivos, pelo que defendemos que a RTP Internacional deve ter um orçamento próprio do Estado, apoiado desde logo por outras formas de financiamento, como a contribuição das empresas privadas cujas plataformas distribuem o sinal por cabo ou satélite, receitas de publicidade, etc. Sem um orçamento próprio dificilmente os serviços internacionais poderão cumprir estes objetivos.

### **Dois modelos, dois orçamentos:**

E aqui seria importante analisar por que é que defendemos dois modelos de financiamento diferentes com orçamentos diferentes. Primeiro, porque, ao contrário dos canais abertos da RTP, o canal internacional é um canal de televisão por subscrição, o qual, no modelo proposto, obrigaria em alguns casos ao pagamento de uma dupla tributação; segundo, porque a RTP Internacional tem o objetivo de servir os portugueses no estrangeiro. Ora, muitos desses portugueses investem cá, pagam cá os seus impostos e com as receitas que enviam mensalmente para Portugal estão a cumprir o rol que lhes toca na ajuda ao País.

No caso da RTP Internacional, alguns manifestam a opinião que os portugueses que vivem em Portugal pagam através da taxa para o audiovisual um produto que não consomem, o que é verdade mas talvez injusto. O que não se disse é que um número importante de portugueses que trabalha no estrangeiro e tem casa em Portugal também paga a contribuição para o audiovisual e que, pela sua qualidade de emigrantes, não disfrutam do serviço dos canais nacionais da RTP em sinal aberto, o que os coloca na mesma situação; além disso, para ter acesso à RTPI eles têm que pagar a subscrição do pacote negociado com a empresa distribuidora do sinal, ou seja, neste caso pagam duas vezes pelo mesmo produto.

### **Contribuição para o audiovisual:**

Também vale a pena fazer uma reflexão sobre o modelo de cobrança desta taxa audiovisual de forma a proteger os contribuintes mais vulneráveis e de modo a não levantar dúvidas aos contribuintes. Por exemplo, os agricultores. Com a contribuição audiovisual a ser aplicada na fatura da eletricidade, aqueles agricultores que possuem um contador não

residencial que serve apenas para regar as suas terras ou aqueles que têm uma exploração de agropecuária encontram nos recibos da luz a cobrança desta taxa, provocando muitas dúvidas e, em alguns casos, cobrada injustamente. E mais grave ainda é o caso de milhares de idosos que sobrevivem de uma pequena pensão e, estando no lar, vêm como se lhes cobra esta taxa injustamente. Apelo à sensibilidade dos Senhores Deputados que estejam atentos a estas situações porque, em vez de proteger os mais necessitados, o Estado pode estar a prejudicar mais quem menos tem.

### **Inclusão do CCP no Conselho de Opinião da RTP:**

Registamos também com muito agrado a proposta dos Senhores Deputados de incluir no Conselho de Opinião da RTP um membro designado pelo Conselho das Comunidades Portuguesas, já que era uma pretensão antiga deste órgão de consulta do governo e que vem corrigir uma injustiça cometida aquando da aprovação dos últimos estatutos sobre esta matéria. Fica-nos a dúvida sobre quando se tornará efetiva essa incorporação, uma vez que a proposta dos novos estatutos prevê que os órgãos sociais e o Conselho de Opinião manterão os respectivos mandatos até ao seu termo.

### **Suspensão das emissões em Onda Curta:**

Fora deste debate ficou o assunto da suspensão por parte do Governo das emissões de rádio em Onda Curta. A nossa dúvida é se passou de uma suspensão temporária a definitiva ou se ainda haverá tempo para um debate mais profundo para a revisão deste assunto.

As emissões de rádio em Onda Curta não servem só os emigrantes; seria interessante saber a opinião dos nossos pescadores, dos militares da marinha, da aeronáutica e dos camionistas de longo curso (só para citar alguns dos consumidores de esse produto).

Lisboa, 26 de Março de 2014.

Luís Jorge

Conselheiro do CCP